



Aníbal Marques
Lig. BTT
CARMO
Roz Paulino

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
AMARELEJA

ATA N.º 8

----- Ao trigésimo dia do mês de junho de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, na sala de sessões da Junta de Freguesia de Amareleja, teve lugar uma sessão ordinária da Assembleia de Freguesia, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto 1 – Apresentação para discussão e aprovação da Ata n.º 6 referente à sessão ordinária de 21/04/2023;

Ponto 2 - Apreciação da informação escrita do presidente da Junta de Freguesia, sobre a atividade desta e da sua situação financeira até ao dia 20/06/2023;

Ponto 3 – Proposta de Alteração do Mapa de Pessoal – Mobilidade Interna Intercarreiras;

Ponto 4 - Diversos;

----- ABERTURA OFICIAL DA SESSÃO -----

----- A Sra. Presidente da Assembleia, Paula Cristina Mendes Ramos Paulino, após verificar a existência de quórum, deu início à sessão, às vinte e uma horas e cinquenta minutos. -----

----- PRESENCAS -----

----- Registaram-se as seguintes presenças: Paula Cristina Mendes Ramos Paulino, Aníbal Manuel Gonçalves Marques, António José Carreteiro Bonito, Maria da Paz Martins Baltazar, Tiago António Lucas Batista, Ana Cristina Branco Calado Ramos, Francisca Maria Ferreira Carmo e Gonçalo de Jesus Ásper Caro. Faltou o membro João Manuel Moreira Barradas. -----

----- PRESENCIA DOS ELEITOS DA JUNTA DE FREGUESIA -----

----- Estiveram presentes na sessão o Presidente do executivo, Alfredo Manuel Frasquilho Guerra e a tesoureira, Ana Paula Cenrada Gordilho. -----

----- PERIODO ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS -----



Amibal Marques
1.º P.º
FORMO
Paulelino
Mary

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
AMARELEJA**

----- A Presidente da Assembleia iniciou a sessão perguntando se alguém tinha alguma questão a tratar no período antes da ordem do dia. -----

----- A Sr.^a Maria da Paz referiu as faltas do Sr. João Barradas, disse que contando com a presente sessão era a terceira falta consecutiva e disse que de acordo com o Regimento o mesmo teria atingido o limite de faltas injustificadas, disse que na sua opinião pessoal seria uma falta de respeito para com a Assembleia e perguntou à Sr.^a Presidente da Assembleia qual seria a melhor atitude a tomar. -----

----- A Sr.^a Presidente da Assembleia disse que pretendia abordar este assunto no final da sessão, mas, já que tinha sido colocado iria pedir a opinião aos presentes sobre o que se deveria fazer em relação a este assunto. -----

----- O Sr. Gonçalo Caro tomou a palavra e invocando o Regimento da Assembleia de Freguesia disse que o mesmo prevê um limite de três faltas injustificadas, mas que também prevê que o membro da Assembleia possa justificar as suas faltas por escrito num prazo de cinco dias úteis após a sessão, disse que na sua opinião se deveria aguardar esses cinco dias e se o Sr. João Barradas não apresentasse justificação, aí então seria considerada a terceira falta injustificada. -----

----- A Sr.^a Presidente da Assembleia disse concordar com o Sr. Gonçalo Caro e disse que se iria aguardar que passem os cinco dias uteis, terminado esse prazo e caso o Sr. João Barradas não apresente justificação far-se-ia então uma análise da situação e aplicaria então o estipulado no Regimento. -----

----- Seguidamente a Sr.^a Presidente da Assembleia perguntou se todos tinham recebido o email a informar que a Ata n.º 6 não tinha ficado concluída e informou que não se iria votar o ponto número um da ordem de trabalhos "Apresentação para discussão e aprovação da Ata n.º 6 referente à sessão ordinária de 21/04/2023", informou ainda que esta Ata seria votada na próxima sessão da Assembleia de Freguesia. -----

----- O Sr. Gonçalo Caro disse que gostaria de fazer um reparo relativamente ao atraso e à fraca qualidade na elaboração das Atas, referiu a importância deste documento, disse que a falta das Atas era desconfortável para todo o órgão



Paulo Paulino
Amibal Marques
1: + B. tr
Carro
Roz

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
AMARELEJA**

deliberativo, disse que denotava uma falta de competência e transparência do órgão, disse que decorriam vários meses entre as sessões e a falta de tempo não poderia ser usada como justificação. Em seguida pediu mais discussão e intervenção do órgão deliberativo, dizendo que deveriam ser trazidos para debate na Assembleia de Freguesia temas mais importantes e de interesse para a população. Disse ainda que era intensão dos eleitos da CDU que as Atas da Assembleia sejam redigidas por uma entidade externa, ou por alguém designado pelo executivo da Junta de Freguesia que venha auxiliar estas reuniões para que quando se chegue à reunião seguinte exista uma Ata completa com aquilo que se fez na reunião passada. Disse que na sua opinião não poderia continuar a acontecer o que tem acontecido nas reuniões passadas, disse que “não vinha mal nenhum ao mundo” que se coloquem duas ou três atas a votação na reunião seguinte, mas que, no caso desta sessão em concreto se estava ali apenas para votar um ponto. Disse que era do conhecimento de todos que havia a obrigatoriedade da Assembleia reunir pelo menos quatro vezes por ano, mas que gostariam que o executivo tivesse a iniciativa de fazer convocatórias e pontos na ordem de trabalhos que realmente sejam proíficas e que tragam alguma mais valia à nossa Vila, com discussão de temas em que a Assembleia de Freguesia possa intervir auxiliando o executivo e trazendo alguma coisa, de certa forma mais útil e mais produtiva para o dia a dia da população. Disse que deixava então o reparo para que as próximas Assembleias de Freguesia tragam mais discussão, mais construção para a Amareleja e para que a Assembleia de Freguesia não funcione apenas como um mero órgão administrativo e burocrático, que só reúne para dar subserviência ao executivo da Junta. -----

----- A Sr.^a Maria da Paz pediu a palavra e disse que concordava com a sugestão do Sr. Gonçalo Caro, no que respeita à contratação de uma entidade externa para elaboração das Atas, disse que na sua opinião estava na altura de se arranjar outra estratégia para que não falhem as Atas no seu devido tempo. Disse que também era importante que não se demorasse tanto tempo a aprovar as Atas porque as mesmas



Amílcar Marques
Tiago Batista
Carmo
Roz

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
AMARELEJA**

também deveriam ser publicadas no site para que toda a população as possa consultar e ver o que se passa nas Assembleias. -----

----- A Sr.^a Francisca Carmo partilhou a mesma opinião, disse que não se percebia o porquê destes atrasos, disse que votar as Atas passado tanto tempo depois das sessões não era correto até porque poderiam até já não se lembrar bem do que tinha sido dito. -----

----- O Sr. Gonçalo Caro disse que também era importante a divulgação das Atas de forma atempada para que as pessoas que são de Amareleja e se encontram fora, possam acompanhar os assuntos que são tratados, reconheceu novamente que a elaboração das Atas era um trabalho moroso e difícil e voltou a referir que se deveria recorrer a uma entidade externa, para que se possam votar as Atas atempadamente e para que as mesmas sejam redigidas de forma correta, sem incorreções. -----

ORDEM DE TRABALHOS -----

----- **Ponto 2 - Apreciação da informação escrita do presidente da Junta de Freguesia, sobre a atividade desta e da sua situação financeira até ao dia 20/06/2023;** -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia abriu a discussão do ponto 2 perguntando se havia alguma questão. -----

----- O Sr. Tiago Batista pediu a palavra e perguntou, em relação à participação da Junta de Freguesia na atividade da Feira do Livro de Moura “Padrinhos de Leitura”, o porquê de se oferecer os livros aos alunos de uma sala. -----

----- A funcionária Cidália Guerreiro explicou como funcionava a atividade e disse que a Câmara convidava várias entidades e empresas do concelho a apadrinhar uma sala de aula com a oferta de livros adquiridos na Feira do Livro, disse que a Junta de Freguesia todos os anos atribuía uma verba no valor de 100,00 euros para oferecer livros aos alunos de uma sala da Escola Básica de Amareleja, disse que a sala era escolhida pelos responsáveis do projeto e todos os alunos recebiam um livro. -----



Paulo Afonso
Amibal Marques
1.º B.º
PARMO
Paro

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
AMARELEJA**

----- O Sr. Tiago Batista perguntou sobre a adjudicação da empreitada da construção do ramal de ligação à rede elétrica do Monte do Baldio das Ferrarias. Perguntou quais as hipóteses que tinham sido postas em causa para além da eletrificação através da colocação de uma linha de postes no Baldio. -----

----- O Sr. Presidente da Junta respondeu que esta adjudicação se referia apenas à adjudicação da média tensão. Relativamente às hipóteses postas em causa, disse que tinham sido pedidos orçamentos para colocação de painéis fotovoltaicos, mas que os mesmos não garantiam a potencia necessária ao bom funcionamento de todo o espaço e equipamentos existentes, disse que no caso de se optar pela colocação dos painéis seria necessário manter a funcionar o gerador. -----

----- O Sr. Tiago Batista perguntou se era possível ver os orçamentos dos painéis, ao que o Sr. Presidente da Junta respondeu afirmativamente. Após breve explicação da funcionária sobre o que tinha sido transmitido por uma das empresas consultadas, o Sr. Tiago Batista disse que, na sua opinião, se deveria ter explorado melhor essa hipótese e equacionado a colocação de painéis fotovoltaicos no Monte do Baldio das Ferrarias. Perguntou por onde passava a linha e perguntou se não havia a possibilidade de a mesma ser subterrânea para manter o espaço o mais natural possível. Falou ainda no processo de iluminação e disse que na sua opinião se deveria ter em conta o tipo de espaço e adaptar a iluminação a esse espaço. -----

----- O Sr. Presidente da Junta respondeu que uma parte da linha era aérea, mas que junto ao Parque de Merendas e ao Monte era subterrânea. -----

----- A Sr.^a Presidente da Assembleia perguntou se havia mais alguma questão. --

----- O Sr. Tiago Batista perguntou relativamente ao Jardim em frente à creche, porque é que não era a Junta de Freguesia a fazer o tratamento das plantas, disse que eram os moradores daquela zona que faziam esse trabalho. -----

----- O Sr. Presidente da Junta respondeu que havia alguns moradores que de forma voluntária tratavam das plantas desse jardim, mas que a Junta de Freguesia sempre que possível também fazia esse trabalho. -----



Basílio
Amílcar Marques
Lig B L 19
PARMO
Marz

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
AMARELEJA**

----- O Sr. Tiago Batista disse que se as pessoas faziam esse trabalho era porque provavelmente alguma coisa não estava bem, disse que a Junta para além de proceder à limpeza e pintura do jardim também se deveria encarregar de regar e tratar das plantas do mesmo. -----

----- O Sr. Gonçalo Caro disse que tinha ainda uma questão relacionada com a adjudicação da empreitada da construção do ramal de ligação à rede elétrica do Monte do Baldio das Ferrarias, perguntou a que empresa tinha sido feita a adjudicação e se tinha havido concurso público. -----

----- O Sr. Presidente da Junta informou que a obra tinha sido adjudicada à E-redes e a funcionária Cidália Guerreiro disse que o valor da adjudicação sem IVA não ultrapassou os dez mil euros e tratando-se de uma empreitada foi feito um ajuste direto simplificado. -----

----- O Sr. Gonçalo Caro perguntou relativamente à informação financeira na parte que se refere à aquisição de bens de capital que tinha uma dotação atual de 124.100,00 euros e despesas pagas de 22.362,67 euros, a que se deviam estas despesas de aquisição de bens de capital. -----

----- A funcionária Cidália Guerreiro explicou que se tratava do total de despesas da rubrica 07, que depois estava distribuída pelas várias orgânicas do Orçamento, disse que se tratava de todas as despesas consideradas de investimentos que apareciam depois refletidas em vários projetos do PPI – Plano Plurianual de Investimentos, nomeou alguns dos projetos como por exemplo Praça de Touros, Requalificação do Baldio das Ferrarias, Cemitério, Parque e Jardins entre outros. ----

----- A Sr.^a Maria da Paz perguntou em relação à informação escrita do Presidente da Junta e na parte que refere a pintura do Posto da GNR, se já havia alguma informação relativamente à reabertura do Posto de Amareleja. -----

----- O Sr. Presidente da Junta disse que a última informação que tinha do Coronel era a de que na próxima incorporação iriam colocar cá pessoas, mas que não havia mais garantias, disse que se dependesse apenas do Executivo da Junta de Freguesia o Posto já estaria a funcionar. -----



Paulo António
Amílcar Marques
Tiago
PARMO
Maz

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
AMARELEJA**

----- O Sr. Gonçalo Caro perguntou ao Sr. Presidente da Junta há quanto tempo tinha sido a última reunião da Junta com a GNR. -----

----- O Sr. Presidente da Junta respondeu que teria sido à mais ou menos três semanas. -----

----- A Sr.^a Maria da Paz disse que na sua opinião se deveriam pressionar as autoridades para acelerar a reabertura do Posto, disse que não fazia sentido uma Vila como a Amareleja não ter um patrulhamento em condições, referiu em seguida os atos de vandalismo. -----

----- A Sr.^a Maria da Paz perguntou ainda em relação à informação escrita do Presidente e no que se refere à Escola das Cancelinhas, se estavam previstas mais reparações. -----

----- O Sr. Presidente da Junta respondeu afirmativamente e disse que se iria começar por reparar o telhado. -----

----- O Sr. Gonçalo Caro perguntou o que estava previsto fazer na Escola das Cancelinhas. -----

----- O Sr. Presidente da Junta respondeu que para além da reparação do telhado do edifício da escola, se pretendia substituir as janelas. -----

----- A Sr.^a Maria da Paz referiu a existência de um contrato de comodato assinado entre a Câmara Municipal de Moura e a Junta de Freguesia de Amareleja, disse que tinha ido pesquisar as publicações da página de Facebook da Junta de Freguesia e que tinha encontrado uma publicação do anterior mandato onde estava essa informação, disse que desconhecia o contrato. Disse que a Escola das Cancelinhas era necessária para algumas coisas e que precisava de obras. No que respeita à utilização do espaço deu o exemplo da Universidade Sénior, dizendo que a sala de sessões da Junta não era adequada para o funcionamento da mesma. Falou do projeto da Universidade Sénior dizendo que o mesmo tinha muita adesão e que precisava de melhores condições para continuar a funcionar. -----



Paulo Filipe
Amibal Marques
lit R L I
PARMO
Paz

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
AMARELEJA**

----- A informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia, sobre a atividade desta e da sua situação financeira até ao dia 20/06/2023 foi apreciada e foi tomado conhecimento. -----

----- Ponto 3 – Proposta de Alteração do Mapa de Pessoal – Mobilidade Interna Intercarreiras; -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia abriu a discussão do ponto 3 perguntando se havia alguma questão. -----

----- A Sr.^a Maria da Paz disse que tinha lido a exposição que a funcionária fez, disse que a funcionária estava no direito de o fazer pois estava a tentar melhorar a sua situação profissional. Disse que não tinha nada contra esse facto, mas que na sua opinião, embora este mecanismo possa ser legal não seria o correto. Disse que esta progressão na carreira não deveria ser feita desta forma, disse que existindo uma vaga de Assistente Técnico e tratando-se de uma carreira diferente daquela que a funcionária tem atualmente, deve ser preenchida através de um concurso, referiu a possibilidade de ser feito um concurso interno. Disse que a Junta era uma entidade pública e que deveria ser dada a hipótese a outras pessoas que também queiram concorrer de uma forma mais clara e transparente. Questionou a legalidade da aplicação deste mecanismo e disse que, na sua opinião, mesmo tratando-se de um mecanismo legal era imoral a pessoa progredir sem ser sujeita a um concurso. Disse que esta era já a sua declaração de voto e que iria votar contra esta proposta. -----

----- O Sr. Gonçalo Caro disse que não se tinha dedicado muito pormenorizadamente a analisar a proposta, mas que tinha lido o documento e que lhe tinham surgido algumas questões. Falou nos motivos invocados na proposta, referindo a saída de uma trabalhadora para outra entidade, através de mobilidade, perguntou de quem se tratava. -----

----- O Sr. Presidente da Junta respondeu que era a trabalhadora Cecília Banha, que tinha pedido mobilidade para o IEFP. -----

----- A Funcionária Cidália Guerreiro falou do Mapa de Pessoal e disse que não se tratava de uma vaga nova, mas sim de transformar a vaga de Assistente Técnico,



*Paulo António
Amílcar Marques
Ligeiro B. T. J.
PARMO
Kary*

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
AMARELEJA**

deixada em aberto pela saída da trabalhadora Cecília Banha, numa vaga de Assistente Técnico aberta para permitir a mobilidade interna intercarreiras, neste caso de um Assistente Operacional para Assistente Técnico. Disse que esta questão tinha sido colocada à FREGAL, empresa de consultoria que presta apoio à Junta de Freguesia, e que tinham sido os consultores da FREGAL a confirmar a possibilidade de a Junta utilizar este mecanismo, que iria permitir à Elisabete passar para a categoria de Assistente Técnico através da mobilidade interna intercarreiras. Disse que para dar início ao procedimento era obrigatório que essa vaga estivesse prevista no Mapa de Pessoal, e que para isso era necessário proceder à alteração do mesmo, disse que essa alteração do Mapa de Pessoal tinha que ser aprovada pela Assembleia de Freguesia. -----

----- O Sr. Gonçalo Caro agradeceu a explicação dada e perguntou se existiam na Junta de Freguesia outros trabalhadores com a categoria de Assistente Operacional, nas mesmas condições da Elisabete. -----

----- A funcionária Cidália Guerreiro disse que até há pouco tempo, dos Assistentes Operacionais da Junta de Freguesia a única trabalhadora que tinha as habilitações necessárias para ingressar na carreira de Assistente Técnico (12.º ano), era a Elisabete. -----

----- A Sr.ª Maria da Paz disse que o trabalhador Manuel Machado lhe disse que tinha o 12.º ano. -----

----- A funcionária Cidália Guerreiro disse que desconhecia esse facto e que aquando do último procedimento concursal o trabalhador Manuel Machado tinha o 12.º ano incompleto, disse que provavelmente se o trabalhador deu essa informação à Sr.ª Maria da Paz era porque, entretanto, teria adquirido essas habilitações. -----

----- O Sr. Gonçalo Caro referiu que neste caso não foi aberto nenhum concurso para se apurar se havia mais algum outro trabalhador em condições de concorrer. ---

----- O Sr. Presidente da Junta de Freguesia disse que as habilitações não eram o único item para averiguar se o trabalhador estava em condições de desempenhar as funções de Assistente Técnico, disse que as funções da Elisabete eram



Parafinado
Amibal Mansueto
T. y B. Li
PERMO
Paz

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
AMARELEJA**

compatíveis com esta vaga e as do trabalhador Manuel Machado não, uma vez que o Sr. Manuel Machado sempre desempenhou funções de Motorista e as funções pretendidas são na área administrativa. -----

----- A funcionária Cidália Guerreiro explicou que neste caso as funções do Assistente Técnico têm a ver com o funcionamento do Posto de CTT, atendimento na Junta de Freguesia, Licenciamentos, faturação e outras que são aquelas que na prática a funcionária Elisabete já desempenha e que eram bastante diferentes das funções de motorista, de pedreiro ou coveiro, dizendo que eram essas as funções exercidas por outros Assistentes Operacionais da Junta de Freguesia. -----

----- A Sr.^a Maria da Paz disse que não estava contra ninguém, mas que, na sua perspetiva, esta era uma questão de transparência. Disse que era funcionária pública e que sabia como se processavam as coisas ao nível da função pública, disse que deveria ser dada uma oportunidade a todos os que tiverem em condições de concorrer, disse que “uma passagem administrativa” não seria o mais aconselhável e o mais transparente, disse que todos estavam fartos de ver este tipo de situações na função pública e que não se revia nesta forma de proceder. Falou em seguida no exemplo da sua carreira enquanto enfermeira do Serviço Nacional de Saúde, referindo em concreto uma situação que se passou na ULSBA. -----

----- O Sr. Gonçalo Caro, referindo-se à deliberação do executivo, onde o mesmo aprova o requerimento da trabalhadora e a alteração do Mapa de Pessoal, disse que nos termos do artigo 92.º da Lei Geral do Trabalho em funções públicas deve ser verificado o interesse público subjacente a esta mudança de categoria profissional, perguntou em seguida ao executivo qual era, neste caso da trabalhadora Elisabete, o interesse público que estava subjacente para que se tivesse optado por este mecanismo da mobilidade interna. -----

----- O Sr. Presidente da Junta de Freguesia disse que a Junta de Freguesia tinha entendido dar uma oportunidade à trabalhadora, que já estava a desempenhar as funções de Assistente Técnico. -----



Paula Martins
Amílcar Marques
João Roberto
Carro
Marz

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
AMARELEJA**

----- O Sr. Gonçalo Caro disse que gostaria de saber qual o interesse público dizendo que “dar uma oportunidade à trabalhadora” era uma questão pessoal e não de interesse público. -----

----- A funcionária Cidália Guerreiro falou na valorização da trabalhadora e na motivação da mesma. -----

----- O Sr. Alfredo Guerra disse que não havia nenhuma falta de transparência e que este mecanismo era legal. -----

----- O Sr. Gonçalo Caro disse que nada tinha contra a trabalhadora e que esta estava no seu legítimo direito de pedir a sua valorização. Disse que aguardava uma resposta do executivo e perguntou novamente qual era o interesse público subjacente à deliberação tomada pelo executivo, aquando da aprovação do requerimento da trabalhadora Elisabete. -----

----- O Sr. Presidente da Junta perguntou se na opinião dos eleitos da CDU não havia nenhum interesse e voltou a referir-se à valorização da trabalhadora. -----

----- O Sr. Gonçalo Caro respondeu que não se tratava da opinião dos eleitos da CDU, mas sim da fundamentação apresentada pelo executivo da Junta para permitir a aplicação da Mobilidade Interna Intercarreiras à trabalhadora, disse que o interesse pessoal da trabalhadora já tinha sido frisado e que em relação a isso os eleitos da CDU não tinham nada contra. Disse que neste caso gostariam de saber qual era a fundamentação apresentada baseada no interesse público para a Junta e para a população. -----

----- A funcionária Cidália Guerreiro referiu a eficácia e a eficiência de recursos, dizendo novamente que a funcionária já exerce as funções e tem as competências pretendidas e que um concurso público para além de demorar bastante tempo custa muito dinheiro à freguesia. -----

----- O Sr. Gonçalo Caro disse que bastava o executivo ter fundamentado desta forma a proposta. -----

----- A Sr.^a Maria da Paz disse que a vaga existia e que, na sua opinião deveria ser ocupada, disse mais uma vez que não concordava com a forma como se pretende



Paula Filina
Amibal Marques
Lige B. t. t.
PARMO
Horz

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
AMARELEJA**

ocupar, disse que na sua opinião a vaga devia ser ocupada através de um concurso, disse que era desta forma que se deveriam processar as coisas na função pública, disse mais uma vez que as coisas se deveriam processar com transparência e clareza nos processos. -----

----- A funcionária Cidália Guerreiro esclareceu que a Lei do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) era clara, disse que no seu artigo 92.º estava previsto este mecanismo da Mobilidade Interna Intercarreiras, disse que não se tratava de nenhuma invenção da Junta de Freguesia e muito menos de um mecanismo ilegal. Falou em seguida no congelamento das carreiras e nas várias situações que tem impedido os trabalhadores da função pública de progredir e de serem valorizados, deu o exemplo da Elisabete dizendo que tinha mais de dez anos de serviço e que tinha o mesmo vencimento dos trabalhadores que iniciavam agora funções. Voltou a falar na questão da eficácia e da eficiência, falou nas competências adquiridas pela trabalhadora e disse que neste caso concreto em que a trabalhadora desempenha funções no Posto de CTT isso era muito importante. -----

----- A Sr.ª Maria da Paz disse mais uma vez que na sua opinião, nesta situação deveria ser feito concurso. -----

----- A funcionária Cidália Guerreiro disse que inicialmente nem sabia da existência deste mecanismo e que tinha sido a ex colega Cecília que informou a Elisabete desta possibilidade. Seguidamente a Junta de Freguesia pediu parecer à FREGAL e os consultores informaram de quais os procedimentos necessários. -----

----- A Sr.ª Maria da Paz disse que na sua perspetiva a valorização do trabalhador deveria ser feita através da avaliação de desempenho, dizendo que no seu caso era assim que era feita. -----

----- A funcionária Cidália Guerreiro falou na questão da avaliação de desempenho, falou na questão da absorção dos pontos dos trabalhadores aquando do aumento do salário mínimo nacional, disse que os Assistentes Operacionais não tinham carreira e que havia Assistentes Operacionais com mais de vinte anos de



*Participantes
Amílcar Marques
Lig Bete
Pacmo
Maz*

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
AMARELEJA**

serviço a receber o ordenado mínimo, disse que era normal que nessas situações as pessoas se sintam desvalorizadas e desmotivadas. -----

----- A Sr.^a Maria da Paz disse que conhecia essas situações e acrescentou que no caso da Elisabete, sendo ela a que reúne as melhores condições de entre os restantes Assistentes Operacionais da Junta de Freguesia, poderia na mesma passar para a categoria de Assistente Técnica através de concurso, disse que até poderia dar-se o caso de ser só ela a concorrer. -----

----- O Sr. Tiago Batista disse que nada tinha contra a “Bete”, disse que tinha sido abordado sobre esta questão por outro trabalhador da Junta de Freguesia e que na sua opinião, se esse trabalhador também está em condições de concorrer, se calhar um concurso interno seria o mais justo. -----

----- O Sr. Gonçalo Caro disse que o próprio concurso interno era um procedimento muito simples, disse que não era um concurso a nível nacional, era apenas destinado aos trabalhadores da Junta de Freguesia. Disse que eram analisados os mais diversos critérios que o executivo quisesse colocar, desde que sejam o mais transparentes e equitativos possíveis, para que as pessoas possam internamente concorrer. Disse que a questão que colocou inicialmente prende-se exatamente com esse facto: o porquê de extinguir um concurso, ainda que interno, e optar por este procedimento de mobilidade intercarreiras. Disse que foi por isso que questionou o interesse público. Disse que se o executivo tivesse inicialmente justificado a existência do interesse público este procedimento poderia passar e que era exatamente por esta questão que não poderia passar. Disse que não estando verificada esta questão do interesse público este procedimento estava “coxo”, disse que nesse caso seria necessário recorrer ao procedimento do concurso interno, disse que esta era a sua interpretação. Disse que, de acordo com as palavras da funcionária Cidália, a Junta tinha uma avença com uma jurista ou advogada e que neste caso a colega que presta a assessoria à Junta de Freguesia, saberá também explicar se estarão ou não verificados os requisitos para estar cumprida esta questão do procedimento por Mobilidade Intercarreiras, disse novamente que, na sua perspetiva



Paulo Felino
Amibal Marques
Lige B L
PARMO
Roz

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
AMARELEJA**

não estava devidamente justificada para se recorrer a este mecanismo e tem que se recorrer ao mecanismo do concurso interno. Disse que era a sua opinião apenas para esta questão de tecnicidade que não está devidamente cumprida e que não tinha nada contra, nem nenhuma questão a levantar quanto à motivação pessoal e profissional da trabalhadora, que era devidamente reconhecida tendo em conta a antiguidade ao serviço da Junta de Freguesia. -----

----- A funcionária Cidália Guerreiro disse que deveria ficar claro o que se pretendia realmente em termos de documentação para que, caso a proposta venha a ser rejeitada e venha ser necessário trazer este assunto numa próxima reunião, se perceba que tipo de documentos se pretende. -----

----- O Sr. Gonçalo Caro disse que neste caso deverá ser a advogada que presta a assessoria à Junta a fundamentar devidamente o pedido. Disse que se o próprio executivo acha que não deve fazer um concurso e deve optar por este procedimento, tem que o justificar devidamente. -----

----- Depois de algumas dúvidas sobre o que se ia votar a funcionária Cidália Guerreiro esclareceu que neste momento apenas se estava a votar a aprovação da alteração do Mapa de Pessoal, disse que caso a proposta não fosse aprovada o Mapa de Pessoal não era alterado e a Junta de Freguesia não poderia realizar o procedimento. Disse que o atual Mapa de Pessoal previa duas vagas de Assistente Técnico ocupadas, porque quando foi votado em dezembro de 2022 a mobilidade da Cecília ainda não tinha sido consolidada. Disse ainda que caso se opte pela realização de um concurso também será necessário proceder à alteração do Mapa de Pessoal, mas que, nesse caso, a alínea c) terá outra designação e em vez de dizer "Posto de trabalho a ocupar por mobilidade interna intercarreiras de Assistente Operacional para Assistente Técnico", terá a designação do novo procedimento escolhido. Por outro lado, caso a proposta de alteração do Mapa de Pessoal seja aprovada, o executivo dará seguimento ao procedimento de Mobilidade Interna Intercarreiras e a trabalhadora será integrada na nova carreira de Assistente Técnico.



Paes de Lima
Amibal Marques
Lig. B. L.
PARMO
Mag

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
AMARELEJA**

----- O Sr. Gonçalo Caro perguntou se nesse caso a Assembleia de Freguesia estaria a alterar o Mapa de Pessoal com base num requerimento enviado pela trabalhadora, tendo a funcionaria respondido que a alteração do Mapa era feita com base na proposta enviada pela Junta de Freguesia. No seguimento da resposta da funcionária o Sr. Gonçalo Caro disse que não estando a proposta devidamente fundamentada isso condicionava a sua votação. Pediu ainda esclarecimentos e quis saber se na hipótese de a proposta vir a ser aprovada nesta sessão, mais alguma coisa, relativa a este procedimento, passaria ainda pela aprovação da Assembleia. --

----- A funcionária Cidália Guerreiro respondeu que não, disse que caso a proposta de Alteração do Mapa de Pessoal – Mobilidade Interna Intercarreiras fosse aprovada pela Assembleia, daí para a frente toda a tramitação do procedimento era da competência da Junta de Freguesia, uma vez que a competência da gestão dos recursos humanos pertence ao órgão executivo. Disse ainda que neste caso a intervenção da Assembleia passava apenas pela aprovação do Mapa de Pessoal e das suas alterações. -----

----- A Sr.^a Presidente da Assembleia disse que ia colocar a proposta à votação.

----- A Sr.^a Maria da Paz disse que não era contra a alteração do Mapa de Pessoal e que só não concordava com o tipo de procedimento escolhido, voltando a dizer que deveria ser feito um concurso. -----

----- A funcionária Cidália Guerreiro esclareceu que esta proposta de Alteração do Mapa de Pessoal em concreto apenas permite a realização do procedimento através do recurso à Mobilidade Interna Intercarreiras, voltou a referir-se à alínea c) do documento e disse que, caso o mesmo venha a ser aprovado o executivo fica autorizado a dar seguimento a este procedimento. -----

----- A Sr.^a Presidente da Assembleia procedeu em seguida à votação do Ponto, tendo obtido a seguinte votação. -----

----- **Deliberado**, por maioria não aprovar a Proposta de Alteração do Mapa de Pessoal – Mobilidade Interna Intercarreiras. -----

----- **Votação:** Votos a favor - 3; Votos contra - 4; Abstenções - 1. -----



Paula Felina
Amadeu Marques
Tiago Batista
PARMO
Maz

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
AMARELEJA**

----- O Sr. Tiago Batista voltou a referir o facto de ter sido abordado por outro trabalhador que lhe manifestou interesse em concorrer a esta vaga, referindo-se em concreto ao trabalhador Manuel Machado. -----

----- A Sr.^a Tesoureira da Junta disse que aquilo que talvez tenha levado o executivo a optar por este mecanismo, tenha sido o facto desta trabalhadora corresponder exatamente às competências pretendidas, referindo o facto de a mesma ter doze anos de experiência na área e não requerer qualquer tipo de formação por já se encontrar a desempenhar essas mesmas funções. Disse que também o procedimento era muito mais rápido e sem custos. Disse que nem sequer lhe passaria pela cabeça deixar ninguém de parte e que neste caso se houvesse duas pessoas nas mesmas condições provavelmente já estariam alerta. Disse que essa questão não lhes tinha ocorrido, mas que ainda iam a tempo de corrigir. -----

----- O Sr. Gonçalo Caro perguntou à Sr.^a Tesoureira se tinha estado na reunião onde o requerimento da trabalhadora foi votado, após confirmação da Tesoureira, o Sr. Gonçalo Caro disse que o discurso que a mesma acabou de proferir teria servido perfeitamente para fundamentar a existência de interesse público e justificar a opção por este tipo de procedimento. -----

----- A Sr.^a Tesoureira da Junta disse que o Sr. Gonçalo Caro tinha razão e que tinha havido uma falha na elaboração do documento, disse que talvez tenha sido o facto de se estarem a fazer as coisas com tanta clareza e com a consciência de que não se estava a prejudicar ninguém que tenha motivado essa falha. -----

----- **Ponto 4 – diversos.** -----

----- A Sr.^a Presidente da Assembleia abriu a discussão do ponto diversos perguntando se havia alguma questão. -----

----- O Sr. Gonçalo Caro perguntou quando é que tinham sido constituídas as comissões que ficaram de se constituir após aprovação das propostas apresentadas pelo eleito João Barradas. -----

----- A Sr.^a Presidente da Assembleia respondeu que ainda não se tinham constituído as comissões propostas e que neste momento aguardava que o eleito



Paulo António
Amíbal Marques
Tiago Batista
PARMO
Mar

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
AMARELEJA**

João Barradas lhe enviasse os documentos corrigidos uma vez que os originais tinham sido alterados e se encontravam rasurados. -----

----- O Sr. Gonçalo Caro perguntou ao Sr. Presidente do Executivo como estava o processo de legalização da Casa do Povo. -----

----- O Sr. Presidente da Junta respondeu que a Junta tinha contratado uma solicitadora que estava a tratar do processo e que aguardavam que a mesma fizesse a marcação da escritura para colocar o prédio em nome da Junta. -----

----- A funcionária da Junta em relação à legalização da Casa do Povo informou que no anterior mandato a Junta já tinha contratado um solicitador que terá sugerido a escritura por “uso capeão” para proceder à legalização do prédio, disse que não lhe parecia a forma correta e que o executivo atual tinha consultado outra solicitadora que se encontrava neste momento a tratar do processo. -----

----- O Sr. Gonçalo Caro disse que nesse caso a utilização do “uso capeão”, seria um “uso capeão de má fé”, uma vez que não era verdade que a Junta de Freguesia tenha o uso do bem há tantos anos. -----

----- O Sr. Gonçalo Caro perguntou em seguida relativamente ao projeto para a Fábrica Mercedes, se o desenho que chegou à Assembleia de Freguesia se tratava do Projeto final. -----

----- O Sr. Presidente da Junta disse que se tratava de um esboço e informou que o protocolo que tinha sido aprovado pela Assembleia de Freguesia extraordinária, já tinha sido aprovado no dia 28 na Assembleia Municipal. -----

----- A Sr.^a Tesoureira da Junta disse que tinha sido por esse motivo que se tinha pedido a Assembleia de Freguesia extraordinária dizendo que assim o protocolo já tinha sido aprovado e caso não se tivesse convocado a Assembleia extraordinária teria que se esperar pela Assembleia de setembro e perdiam-se mais três meses. ---

----- A Sr.^a Presidente da Assembleia perguntou se mais alguém tinha mais alguma questão. -----

----- O Sr. Tiago Batista perguntou porque é que a “capota” da Torre do Relógio não tinha sido aberta no Festival da Juventude. -----



Luiz B. t.
PARMO
Maz

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
AMARELEJA**

----- O executivo respondeu que não se abriu porque não foi testada antes, a Sr.^a Tesoureira respondeu que foi uma falha que pensam corrigir num próximo evento. --

----- A funcionária Cidália Guerreiro disse que, daquilo que tem conhecimento, a cobertura apenas foi aberta uma vez pela empresa que fez o projeto, para fazer fotografias. Disse que, entretanto, há cinco anos que não era aberta e que é necessário que venha algum técnico da Câmara que proceda à abertura e explique como funciona o mecanismo. -----

----- O Sr. Tiago Batista disse que estava muito calor no recinto e que foi uma pena não se ter testado antes e conseguido abrir a cobertura, disse que se o edifício tinha essa funcionalidade era uma pena não lhe dar a devida utilização. -----

----- A Sr.^a Tesoureira disse que não lhes tinha ocorrido antes do evento e que quando se falou nisso o festival já estava a decorrer e tiveram receio de fazer a abertura sem ser testado por alguém da Câmara que conheça o mecanismo. -----

----- Não havendo mais intervenções deu-se por encerrada a sessão. -----

APROVAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES EM MINUTA -----

----- A fim de produzir efeitos imediatos, foi deliberado por unanimidade aprovar em minuta o texto da deliberação dos pontos: um a quatro da ordem de Trabalhos. --

----- Para constar e para os devidos efeitos, foi redigida a presente Ata, a qual vai ser presente a todos os membros com vista à sua aprovação e subscrição pela mesa da Assembleia. -----

PRESIDENTE: Paulo Batista

1º. SECRETÁRIO: Amílbal Manuel Gonçalves Marques

2º. SECRETÁRIO António José Carneiro Bonito